



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

PROGRAMA ANALÍTICO

DISCIPLINA

Código: IH 846	Nome: NORMATIZAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL
Créditos: 04	Carga Horária: 4 cr, 4T:0P, carga horária total – 60 horas

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA E HOTELARIA

INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS

OBJETIVOS:

Objetivo geral – Estudar os conceitos fundamentais da constituição dos direitos sociais e da legislação social brasileira.

Objetivos específicos

Contribuir para o desenvolvimento de uma perspectiva crítica a partir da compreensão dos direitos sociais;

Propiciar reflexões sobre a legislação social brasileira.

EMENTA: Antecedentes da constituição dos direitos sociais; Direitos Humanos; Estado Brasileiro, Constituição e Direitos Sociais; A legislação social e as conquistas contemporâneas; Estado Neoliberal e Direitos Sociais;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1 - Antecedentes da constituição dos direitos humanos e sociais

1.1 – A concepção liberal clássica de Estado e sua relação com os indivíduos

1.2 – O Liberalismo Social

1.3 – A Constituição do Estado de Bem Estar Social: intervenção como direito de cidadania

1.4 – De Volta ao mercado: os anos 80 e o Neoliberalismo

2 - Direitos Humanos

2.1 - A Declaração Universal dos Direitos Humanos

2.2 - Os Direitos Humanos no Brasil

3 - Estado Brasileiro, Constituição e Direitos Sociais

3.1 - Os direitos sociais na trajetória do capitalismo brasileiro

3.2 - Direito trabalhista, a Consolidação das leis do Trabalho e a assistência ao trabalhador.

3.3 - A Constituição de 1988

3.3.1 - Direitos e Garantias Fundamentais

3.3.2 - Direitos constitucionais sociais, econômicos e dos trabalhadores

4 - A legislação social e as conquistas contemporâneas

4.1 - A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (NOB, NOAS, SUS, SUAS)

4.2 - O Direito de Família

4.3 - O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

4.4 - Lei Maria da Pena

4.5 - O Estatuto do Idoso

4.6 - A Lei Orgânica da Saúde e o Sistema Único de Saúde - SUS

4.7 – A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB

5 - Estado Neoliberal e Direitos Sociais

5.1 - O Estado neoliberal no Brasil: a ofensiva contra os direitos sociais constitucionalizados

5.2 - Neoliberalismo e direitos sociais no Brasil: Impactos na previdência social, na assistência social, na educação e na política de saúde

5.3 - Os sindicatos e as reformas trabalhistas em tempos de neoliberalismo

5.4 - Questão agrária e contrarreforma agrária em tempos de neoliberalismo

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Câmara dos deputados. **Lei 8.069/90** – Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília/DF, 1990.

BRASIL. Conselho Nacional dos Secretários de Saúde. **Legislação do SUS**. Brasília, CONASS, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei 10741/2003 - Estatuto do Idoso**. Brasília/DF, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília/DF, 1993.

PINHO, R. C. R. **Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais** - Col. Sinópses Jurídicas – v. 17 – 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROJAS, C. B. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2008.

SIMÕES, C. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

COMPLEMENTAR:

COSTA, J. R. C.. **A previdência social ao alcance dos assistentes sociais**. Jundiaí-SP, Paco Editorial, 2011.

REZENDE, I. & CAVALCANTI, L. F. **Serviço social e políticas sociais**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

SPOSATI, A.; FALCÃO, M. C; TEIXEIRA, S. M. F. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez 2006.

TRINDADE, J. D. L. **História social dos direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Peirópolis, 2011.

ZAINAGHI, D. S. **Curso de Legislação Social. Direito do Trabalho**. 11 ed. Ed. Atlas, 2006.

PERÍODICOS CIENTÍFICOS E OUTROS (opcional)

ANDRADE, F. F. A institucionalidade da assistência social na proteção social brasileira. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 13, n.2, p. 19-44, Jan./Jun. 2011.

BAPTISTA, M. V. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 179-199, jan./mar. 2012.

FUZIWARA, A. S. Lutas Sociais e Direitos Humanos da criança e do adolescente: uma necessária articulação. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 115, p. 527-543, jul./set. 2013.

OLIVEIRA, C. R. e OLIVEIRA, R. C. Direitos sociais na constituição cidadã: um balanço de 21 anos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, p. 5-29, jan./mar. 2011.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005.

RIBEIRO, N. e RAICHELIS, R. Revisitando as influências das agências internacionais na origem dos conselhos de políticas públicas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 45-67, jan./mar. 2012.

SADER, E. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológico**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/index.htm>.

SILVA, J. L. P. e DINIZ, D. Mínimo social e igualdade: deficiência, perícia e benefício assistencial na LOAS. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 262-269, jul./dez. 2012.

SPOSATI, A. Proteção Social e Seguridade Social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013.

